

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - VALE-REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO / RESTAURANTE

As empresas fornecerão ticket-refeição aos seus empregados jornalistas com jornada de trabalho superior a 6 (seis) horas por dia, dentro dos critérios estabelecidos na Lei no. 6.321/76 e legislação posterior que regula o PAT, desde que obedecido o **desconto máximo de 20% (vinte por cento) do custo para salários até R\$ 7.240,47 (sete mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos)**. Esse benefício não constitui em item de remuneração do jornalista para quaisquer efeitos legais.

PARÁGRAFO 1º: As empresas que já possuam programas ou restaurante interno, ficam desobrigadas do fornecimento do ticket, desde que obedecido o **desconto máximo de 20% (vinte por cento) do custo da refeição para salários até R\$ 7.240,47 (sete mil, duzentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos)** e que seja fornecida independentemente da jornada de trabalho. As demais ficam obrigadas ao fornecimento no valor facial mínimo, conforme abaixo:

- a) Empresas com até 20 (vinte) jornalistas – **R\$ 17,91 (dezessete reais e noventa e um centavos) para cada dia de trabalho;**
- b) Empresas com mais de 20 (vinte) jornalistas – **R\$ 26,50 (vinte e seis reais e cinquenta centavos) para cada dia de trabalho.**

PARÁGRAFO 2º: As empresas poderão converter em vale-alimentação o benefício previsto no caput desde que garantido o valor pactuado no parágrafo primeiro e que sejam preservadas as condições mais favoráveis praticadas, inclusive quanto à concessão das duas modalidades de benefício alimentação e refeição.

PARÁGRAFO 3º: Os valores previstos nesta Cláusula terão vigência a partir de **01/09/2024**.

PARÁGRAFO 4º: A presente Cláusula será discutida conforme previsto na **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA – COMISSÃO PARITÁRIA**.

PROPOSTA PATRONAL – CORRIGIR FAIXA SALÁRIAL E VALOR DO VALE
Sal. Até R\$ 7.616,97 - vale R\$ 27,88 empresas com mais de 20 funcionários
R\$ 18,84 – empresas com menos de 20 funcionários

Excluir Parágrafo 4º

Vigência mês subsequente a assinatura
)

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de **01º de junho de 2024 a 31 de maio de 2025** e a data-base da categoria em **01º de junho**.

REIVINDICAÇÃO

Alterar o período de vigência da CCT para 01 de junho de 2025 a 31 de maio de 2026.

PROPOSTA PATRONAL ok CONCORDAMOS

CLÁUSULA SEXTA - ADMITIDOS APÓS A DATA-BASE

Aos empregados admitidos entre **01 de junho de 2023 e 31 de maio de 2024** será assegurado aumento **proporcional, ou seja, 1/12 (um doze avos) do percentual do reajuste da Cláusula 4ª. por mês de serviço**, mas de forma a que não venham a perceber salários superiores aos mais antigos nas mesmas funções.

**PROPOSTA PATRONAL: MATER REDAÇÃO ANTERIOR CORRIGINDO AS DATAS PARA:
Entre 01/06/2024 e 31/05/2025**

PAUTA – CLÁUSULA 30ª – AVISO-PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisões de Contrato de Trabalho sem justa causa por parte do empregador, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:

- a)** Será comunicado pela empresa, por escrito e contra-recibo, se o mesmo será trabalhado ou não;
- b)** O dia da dispensa, trabalhado ou não, será remunerado.
- c)** A redução de 02 (duas) horas diárias, prevista no Art. 488 da CLT., será utilizada., atendendo à conveniência do empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, exercida no ato do recebimento do pré-aviso. Da mesma forma, alternativamente, o empregado poderá optar por 01 (um) dia livre por semana ou por 07 (sete) dias corridos durante o período;
- d)** Ao empregado que, no curso do aviso prévio trabalhado, solicitar ao empregador, por escrito, a dispensa do mesmo, fica assegurado o seu imediato desligamento do emprego e a anotação da respectiva baixa em sua C.T.P.S. Neste caso, a empresa está obrigada a pagar apenas os dias efetivamente trabalhados;
- e)** No caso de aviso prévio trabalhado, os empregados deverão cumprir apenas 30 (trinta) dias de aviso prévio, sendo indenizados pelo que exceder.
- f)** Quando o aviso prévio for concedido no último dia útil da semana, a contagem do tempo começará a fluir a partir do primeiro dia útil da semana subsequente;
- g)** As empresas, no caso de pedido de demissão do empregado, obrigam-se a dispensá-lo do aviso prévio, desde que o empregado comprove novo emprego, no momento do pedido de demissão;
- h)** O pagamento do aviso prévio indenizado deverá ser efetuado em sua totalidade pela maior remuneração do empregado, inclusive com todas as incidências pela sua projeção;
- i)** É obrigatória a suspensão do aviso prévio trabalhado quando o empregado entrar em gozo de licença, por doença ou acidente do trabalho, completando-se o prazo do referido aviso somente após a concessão da alta médica.
- j)** Por ocasião da comunicação de desligamento do empregado, as empresas que possuem convênio médico para seus jornalistas se comprometem a informá-los e esclarecê-los sobre o eventual direito de extensão do convênio médico empresarial nos termos da Lei nº. 9.656/98.

REIVINDICAÇÃO

Caput e alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h” e “j” permanecem inalteradas.

Alterar as alíneas:

g) As empresas, no caso de pedido de demissão do empregado, obrigam-se a dispensá-lo do aviso-prévio, desde que o empregado comprove novo emprego.

i) É obrigatória a suspensão do aviso-prévio trabalhado ou com dispensa de comparecimento quando o empregado entrar em gozo de licença, por doença ou acidente de trabalho, complementando-se o prazo do referido aviso somente após a concessão da alta médica.

Acrescentar:

k) Todos os empregados demitidos têm direito a um aviso-prévio de 30 dias e mais 3 (três) dias adicionais, a cada ano trabalhado, contados a partir da data de sua contratação.

PROPOSTA PATRONAL : CONCORDAMOS COM ALTERAÇÃO letra G - demais não concordamos com alteração

PAUTA – CLÁUSULA 34ª – DEFESA JUDICIAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DEFESA JUDICIAL

No caso de vir o jornalista a ser judicialmente processado, a empresa patrocinará a sua defesa, custeando todas as despesas, até a decisão final transitada em julgado, inclusive eventual condenação pecuniária, desde que a matéria objeto do processo tenha sido autorizada por superior hierárquico, não fuja a orientação que este tenha dado.

PARÁGRAFO 1º. – O disposto nesta cláusula se aplicará mesmo que haja rescisão do contrato de trabalho entre o jornalista e a empresa.

PARÁGRAFO 2º. - Recomenda-se que as empresas orientem a defesa técnica do jornalista a suscitar desde o início do processo a tese jurídica de que eventual condenação pecuniária seja adequada às condições financeiras do jornalista, e não da empresa.

REIVINDICAÇÃO

No caput, excluir a frase “**inclusive eventual condenação pecuniária**”, ficando com a seguinte redação:

No caso de vir o jornalista a ser judicialmente processado, a empresa patrocinará a sua defesa, custeando todas as despesas, até a decisão final transitada em julgado, desde que a matéria objeto do processo tenha sido autorizada por superior hierárquico e não fuja a orientação que este tenha dado.

Os Parágrafos 1º e 2º permanecem inalterados.

PROPOSTA PATRONAL : CONCORDAMOS COM A ALTERAÇÃO PEDIDA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

As empresas disponibilizarão os equipamentos básicos de segurança aos seus profissionais jornalistas que realizarem cobertura de eventos de risco a sua integridade física, que compreendem óculos de proteção, capacete de segurança e máscara contra gás lacrimogêneo.

PARÁGRAFO 1º: O Sindicato da categoria econômica acordante recomendará às empresas a disponibilização, mediante a devida autorização da Autoridade competente, de equipamentos especiais, tais como capacete balístico e colete à prova de bala, aos profissionais jornalistas que participarem em coberturas de conflitos armados.

PARÁGRAFO 2º: As empresas recomendarão o uso dos equipamentos fornecidos.

REIVINDICAÇÃO

O caput e o Parágrafo 1º. permanecem inalterados.

Alterar Parágrafo 2º:

Parágrafo 2º – As empresas propiciarão o treinamento específico e recomendarão o uso dos equipamentos fornecidos

PROPOSTA PATRONAL : CONCORDAMOS COM O PEDIDO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

*As empresas efetuarão mensalmente o desconto da **Contribuição Negocial**, devida por todos os jornalistas empregados, em função da participação da entidade sindical na formulação das normas coletivas, no importe de **0,5% (zero virgula cinco por cento) do salário mensal limitado a R\$ 32,00 (trinta e dois reais)**, conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária, bem como nos termos do TAC nº 190/2021, firmado pelo Sindicato da categoria profissional com o Ministério Público do Trabalho.*

Parágrafo 1º – Para os jornalistas associados empregados, a contribuição já se encontra embutida no valor da mensalidade associativa.

Parágrafo 2º – As importâncias decorrentes desta cláusula deverão ser recolhidas diretamente ao Sindicato dos Jornalistas ou na agência bancária que o mesmo indicar, no prazo máximo de 10 (dez) dias do desconto, sob pena de multa de 2% (dois por cento) sobre o respectivo valor, acrescida ainda de juros de mora.

Parágrafo 3º – Até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, as empresas enviarão ao Sindicato dos Jornalistas a cópia da guia de recolhimento, juntamente com uma relação constando os nomes dos jornalistas e valores dos referidos descontos.

Parágrafo 4º – Fica estabelecido que o valor constante no caput desta cláusula poderá ser alterado em decorrência de deliberação da Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Parágrafo 5º – Na hipótese de alteração do valor, as empresas serão notificadas pelo Sindicato.

Parágrafo 6º – Os jornalistas não associados poderão exercer o direito de oposição à cobrança da contribuição negocial, a qualquer tempo, a partir da assinatura deste instrumento coletivo, mediante envio de e-mail para, cobranca@sjsj.org.br e cópia entregue para a empresa.

REIVINDICAÇÃO

No caput, alterar o valor para valor único fixo : **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).**

Parágrafos 1º. ao 6º. permanecem inalterados.

Acrescentar Parágrafo 7º.:

Parágrafo 7º - Nos termos da Nota Técnica n. 2 de 26/10018 de CONALIS – Coordenadoria Nacional de Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho, a autorização prévia e expressa para os referidos descontos previstos na presente cláusula se deu em assembleia, devidamente convocada, com a participação livre de sócios e não sócios, ficando assegurado aos jornalistas o direito de oposição à cobrança da contribuição negocial, a qualquer tempo, a partir da assinatura deste instrumento coletivo.

PROPOSTA PATRONAL : CONCORDAMOS COM O PEDIDO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - QUADROS DE AVISO / COMUNICAÇÕES DO SINDICATO

As empresas manterão em cada andar onde houver redações, um quadro privativo de avisos de notícias sindicais, afixados pela empresa, vedada a divulgação de material político-partidário ou que contenha conceito ou expressões injuriosas que indisponham os empregados contra a empresa. Fica vedada também a utilização de equipamentos ou materiais de propriedade da empresa para divulgação de avisos ou de matéria sindical de qualquer natureza.

PARAGRAFO ÚNICO: O Sindicato dos Jornalistas poderá encaminhar ao setor de Recursos Humanos das empresas comunicado para divulgação eletrônica aos jornalistas.

Alterar o conteúdo da Cláusula para:

As empresas manterão em cada redação um Quadro de Avisos para a divulgação das atividades do Sindicato dos Jornalistas. Todo o material de divulgação distribuído pelo Sindicato dos Jornalistas e destinado às redações deverá ser afixado no Quadro de Avisos.

Parágrafo Único – As empresas se comprometem a retransmitir aos profissionais, em até dois dias úteis, os boletins de divulgação eletrônica enviados pelo Sindicato dos Jornalistas.

PROPOSTA PATRONAL: Solicitar exclusão

– CLÁUSULA 76ª – COMISSÃO PARITÁRIA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO PARITÁRIA

Fica estabelecida, pelos Sindicatos convenientes, uma Comissão Paritária de Estudos para discutir e apresentar propostas sobre os assuntos abaixo:

- a) Controle de frequência e fórmulas para a compensação da jornada de trabalho;*
- b) Direito de consciência e liberdade de expressão;*
- c) Auxílio-creche para jornalistas homens;*
- d) Estabilidade para pais e mães após o nascimento dos filhos e a licença parental;*
- e) Vale-refeição/Alimentação contemplando o valor do vale-refeição e os parâmetros de subsídio.*
- f) Piso de salário para jornada de 7 horas.*

PARÁGRAFO 1º. - Os Sindicatos convenientes deverão se reunir em **Novembro de 2024** para discutir e definir os assuntos supracitados.

PARÁGRAFO 2º. - A Comissão terá até o dia **28 de fevereiro de 2025** para apresentar a conclusão dos trabalhos para os respectivos Sindicatos.

REIVINDICAÇÃO

Alterar o conteúdo da Cláusula para:

Fica estabelecida, pelos Sindicatos convenientes, uma Comissão Paritária de Estudos para discutir e apresentar propostas.

Parágrafo 1º – Os Sindicatos convenientes poderão se reunir a qualquer momento para discutir e definir os assuntos supracitados.

PROPOSTA PATRONAL : SOLICITAMOS ESCLARECIMENTO

SOLICITAÇÃO PATRONAL

CLÁUSULA SÉTIMA - ÉPOCA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas efetuarão o pagamento mensal aos seus empregados até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido, ou no dia útil imediatamente anterior se este cair em sábado, domingo ou feriado.

PARÁGRAFO 1º.: Ficam asseguradas as condições mais favoráveis já existentes, ressalvado o disposto nos artigos 501 a 504 da CLT.

PARÁGRAFO 2º.: As empresas concederão adiantamento salarial correspondente a 40% (quarenta por cento) dos salários já corrigidos. Tal adiantamento será compensado por ocasião do pagamento dos salários do mesmo mês e deverá ser concedido no máximo até o 20º. (vigésimo) dia do mês de trabalho.

Proposta Patronal: Solicita Alterar o Parágrafo 2º

Parágrafo 2º - As empresas concederão adiantamento salarial correspondente a 40% (quarenta por cento) dos salários em vigor. Para os profissionais que tiverem empréstimo consignado, as empresas poderão deduzir do valor do adiantamento a título de provisão até de 40% do valor do empréstimo consignado, o adiantamento será compensado por ocasião do pagamento dos salários do mesmo mês e deverá ser concedido, no máximo, até o 20º (vigésimo) dia do mês de trabalho".

CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÃO

Serão compensadas as antecipações salariais e os aumentos espontâneos concedidos a partir de **01 de setembro de 2023**, salvo os decorrentes de promoção, transferência de cargo, função ou estabelecimento, comissionamento, equiparação salarial e mérito.

MANTER REDAÇÃO ATUAL

SINDJORE- 18/06/2025